



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento
Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021 DO COMITÊ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE GASTOS DIRETOS - CMAG

Reunião virtual, via Microsoft Teams, realizada dia 28 de julho de 2021, às 14:30

I - Pauta

1. Avaliação da Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade – MAC

- 1.1. Apresentação (40 minutos)
- 1.2. Debate (15 minutos)
- 1.3. Deliberação sobre as recomendações da avaliação (5 minutos)

II - Reunião

1. Avaliação da MAC

A avaliação da MAC, referente ao ciclo 2020 do CMAP, foi coordenada pela CGU e executada pela CGU e o Ipea. O Coordenador da avaliação apresentou os resultados e as recomendações da avaliação para deliberação dos membros do Comitê.

Recomendação Prioritária nº 1 ao Ministério da Saúde

Texto inicial: Efetivar a regionalização do SUS, por meio da elaboração e implementação da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS) e do Planejamento Regional Integrado (PRI).

Proposta alternativa aprovada na reunião: Aprofundar a regionalização do SUS, por meio da elaboração e implementação da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS) e do Planejamento Regional Integrado (PRI).

Debate: Representante da CC/PR propôs redação alternativa, em vez de “efetivar”, sugerem “aprofundar” a regionalização, tendo em vista que a regionalização já foi iniciada e em algumas regiões está mais avançada do que em outras. Já existe a regionalização no SUS, mas ela não aconteceu ainda em todo o território brasileiro, explicou a representante do IPEA.

Deliberação: A recomendação alternativa foi aprovada por unanimidade dos 6 membros presentes (Secap, STN, SAG/CC, SERG/CC, 2 da CGU)

Recomendação Prioritária nº 2 ao Ministério da Saúde

Elaborar diagnóstico da Necessidade de Investimentos de médio e longo prazo, respeitando os parâmetros de cobertura das regiões e macrorregiões de saúde a serem estabelecidos visando à mitigação dos principais vazios assistenciais na atenção especializada e à redução das desigualdades regionais. Adicionalmente, em conjunto com o Ministério da Educação, incluir no referido diagnóstico a necessidade de formação e fixação de profissionais de saúde.

Debate: não houve debate.

Deliberação: A recomendação foi aprovada por unanimidade dos 6 membros presentes (Secap, STN, SAG/CC, SERG/CC, 2 da CGU)

Recomendação Prioritária nº 3 ao Ministério da Saúde

Texto inicial: Estabelecer diretrizes para a revisão sistemática e periódica dos parâmetros de cobertura da atenção especializada da região e macrorregião de saúde, incluindo a participação de organizações públicas e privadas atuantes em cada área. Adicionalmente, criar sistema de monitoramento acerca do cumprimento dos parâmetros estabelecidos.

Proposta alternativa aprovada na reunião: Estabelecer diretrizes para a revisão sistemática e periódica dos parâmetros de cobertura da atenção especializada da região e macrorregião de saúde, incluindo a participação de organizações públicas e privadas atuantes em cada área. Adicionalmente, **aprofundar em um sistema integrado** de monitoramento e **dar transparência** acerca do cumprimento dos parâmetros estabelecidos.

Debate: Representante da Secap sugeriu incluir na recomendação a necessidade de dar transparência ao sistema, enquanto a representante da Casa Civil indagou se não existia nenhuma iniciativa de monitoramento dos parâmetros. Representante do IPEA explicou que ainda não existe um sistema nacional de monitoramento **integrado**.

Deliberação: A recomendação alternativa foi aprovada por unanimidade dos 6 membros presentes (Secap, STN, SAG/CC, SERG/CC, 2 da CGU)

Recomendação Prioritária nº 4 ao Ministério da Saúde

Definir, para as variações dos limites financeiros da MAC, critérios de priorização dos pleitos dos entes federados, de acordo com a disponibilidade orçamentária no referido Programa/Ação.

Debate: não houve debate.

Deliberação: A recomendação foi aprovada por unanimidade dos 6 membros presentes (Secap, STN, SAG/CC, SERG/CC, 2 da CGU)

Recomendação Prioritária nº5 ao Ministério da Saúde

Definir estratégia para coordenar, em nível nacional, as discussões voltadas à revisão do modelo de financiamento federal da MAC, de modo a aumentar a transparência, conferir mais objetividade (critérios, fluxos, atores responsáveis etc.), desburocratizar e modernizar tal macroprocesso.

Debate: não houve debate.

Deliberação: A recomendação foi aprovada por unanimidade dos 6 membros presentes (Secap, STN, SAG/CC, SERG/CC, 2 da CGU)

Recomendação Prioritária nº6 ao Ministério da Saúde

Texto inicial: Estabelecer parâmetros de deslocamentos territoriais para alguns procedimentos, considerando a qualidade e a resolutividade da atenção especializada no SUS e criar sistema de monitoramento de indicadores de acesso geográfico.

Proposta alternativa da Secap: Estabelecer parâmetros de deslocamentos territoriais para alguns procedimentos, considerando a qualidade e a resolutividade da atenção especializada no SUS, criar e dar transparência a um sistema de monitoramento de indicadores de acesso geográfico.

Debate: Representante da Secap propôs redação alternativa para a recomendação porque considera importante publicizar e dar transparência ao sistema de monitoramento a ser criado.

Deliberação: A recomendação alternativa foi aprovada por unanimidade dos 6 membros presentes (Secap, STN, SAG/CC, SERG/CC, 2 da CGU)

Recomendação Prioritária nº7 ao Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério da Economia

Proposta da STN de inclusão: Firmar um acordo de cooperação técnica com os objetivos de conjugar esforços para: o aprimoramento de normas acerca dos procedimentos contábeis relativos às ações e serviços públicos de saúde; o compartilhamento de informações; a realização de estudos relativos à integração de dados e informações orçamentárias, contábeis e fiscais; e a realização de capacitação relativas a esses temas.

Debate: Representante da STN agradeceu a oportunidade de poder incluir a recomendação prioritária e passou para o coordenador-geral da STN explicar que já existe iniciativa no âmbito dos dois Ministérios para firmar o acordo de cooperação técnica (ACT), mas o mesmo ainda não foi firmado. Esta recomendação pode ser um incentivo para que o ACT prospere e permita aprimorar o SIOPS, a exemplo do ACT firmado com o FNDE, para tratar de aperfeiçoamentos no SIOPE (sistema da educação sob a gestão do FNDE), após as alterações que ocorreram com a aprovação da nova lei do FUNDEB.

Deliberação: A nova recomendação proposta pela STN foi aprovada por unanimidade dos 6 membros presentes (Secap, STN, SAG/CC, SERG/CC, 2 da CGU)

Recomendação Complementar nº2 ao Ministério da Saúde

Texto inicial: Estudar e tornar públicas as vantagens e desvantagens de alterações na Tabela SUS, aglutinar alguns procedimentos que são diretamente associados, visando alinhar tal instrumento à lógica de remuneração por “pacotes” nos casos em que tal arranjo for viável.

Proposta alternativa apresentada e alterada na reunião: Estudar alterações na Tabela SUS e dar transparência aos resultados da análise, no sentido de subsidiar aprimoramentos no modelo de remuneração e de financiamento, tal como aglutinar alguns procedimentos que são diretamente associados, para possibilitar a lógica de remuneração por “pacotes”, quando viável.

Debate: Representante da Secap sugeriu incluir redação que deixasse claro que o estudo das alterações na Tabela do SUS, além de poder subsidiar a aglutinação de procedimentos, também poderia embasar alterações no modelo de financiamento da MAC. Representante da CGU e do IPEA concordaram e sugeriram incluir também a possibilidade de subsidiar aprimoramentos no modelo de remuneração dos procedimentos. Representante do IPEA explicou, ainda, que o MS publica anualmente, por meio de Portarias, as alterações na Tabela SUS, mas isso é de difícil compreensão para o público. Sendo assim, é necessário estudar novas formas de alteração da Tabela e também de apresentação das alterações anuais realizadas.

Recomendação Complementar nº4 ao Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério da Economia (STN)

Texto inicial: Aprimorar as orientações do Manual Demonstrativos Fiscais (MDF) de modo a padronizar os registros municipais e estaduais por subfunção de despesas de saúde.

Proposta alternativa da STN: Ao Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério da Economia (STN): Aprimorar as orientações **da Cartilha de Orientações do SIOPS**, de modo a padronizar **o preenchimento dos formulários presentes no SIOPS, em relação à classificação orçamentária da despesa por subfunção, em especial as de saúde.**

Debate: O membro da STN no CMAG pediu a palavra para elogiar a qualidade da avaliação e passou para o Subsecretário da STN explicar a proposta de redação alternativa. O Subsecretário da STN explicou que o MDF e o MCASP são manuais que trazem conceitos mais genéricos. Assim, considerando os achados (fragilidades no preenchimento do SIOPS, sistema sob a gestão do Ministério da Saúde) e conclusões dessa avaliação, seria mais pertinente emitir recomendação ao Ministério da Saúde, no sentido de aprimorar a Cartilha de Orientações do SIOPS.

2. Informes Gerais – Secap

- Atas de reuniões do CMAG pendentes de assinatura por alguns membros.
- Reunião CMAP 29/07, às 15h pelo Teams: Atenção Primária à Saúde, Média e Alta Complexidade, Simples, Bolsa Família, Despesas Médicas e Moléstia Grave.
- No dia 28 de junho de 2021, a Secap circulou um e-mail do CMAP solicitando que os membros e apoiadores contribuíssem, até dia 30/07/2021, com sugestões de aprimoramento dos critérios de seleção de políticas públicas a serem avaliadas em cada ciclo. Esta revisão dos critérios foi acordada na 2ª reunião do CMAP, em 04 de dezembro de 2020. Então, lembrou os membros de enviarem suas sugestões.

Documento assinado eletronicamente

Aumara Feu

Subsecretária de Gasto Direto da Secap

Documento assinado eletronicamente

Pedro Jucá Maciel

Secretaria do Tesouro Nacional

Documento assinado eletronicamente

Edna de Souza Cesetti

Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil

Documento assinado eletronicamente

Janete Duarte Mol

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil

Documento assinado eletronicamente

Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretaria Federal de Controle Interno

Documento assinado eletronicamente

Lennon Mota Cantanhede

Secretaria Federal de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **Aumara Bastos Feu Alvim de Souza**, **Subsecretário(a) de Avaliação de Gasto Direto**, em 10/08/2021, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANETE DUARTE MOL**, **Usuário Externo**, em 11/08/2021, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edna de Souza Cesetti**, **Usuário Externo**, em 11/08/2021, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Bezerra Leonel**, **Usuário Externo**, em 13/08/2021, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lennon Mota Cantanhede**, **Usuário Externo**, em 17/08/2021, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Juca Maciel**, **Subsecretário(a) de Planejamento Estratégico da Política Fiscal**, em 24/08/2021, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17838665** e o código CRC **FB71C5F0**.